



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 26ª VARA DO TRABALHO DE PORTO ALEGRE

Aos 09 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001858-74.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Titular Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim, pela Juíza Substituta Lenara Aita Bozzetto, pela Diretora de Secretaria Lais Regina Kops Xavier e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos dos processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação da Vara do Trabalho:** 18.03.1994

**Data da última correição realizada:** 22.04.2015

**Data da Implantação do PJe:** 23.09.2013

**Jurisdição:** Porto Alegre

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2015 a 09.05.2016

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	Juíza Titular	Desde 03.11.2015
Lenara Aita Bozzetto	Juíza Substituta	Desde 30.04.2012

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 29.04.2016)

##### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre pertence à 26ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição é dotada de um Juiz Titular de Vara do Trabalho e de um Juiz Substituto lotado, respectivamente "J1" e "J2".



### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Andrea Saint Pastous Nocchi	25.06.2012 a 04.10.2015	Juíza Titular	3 anos, 3 meses e 10 dias
2	Márcio Lima do Amaral	05.10 a 02.11.2015	Juiz Titular	29 dias
3	Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	Desde 03.11.2015	Juíza Titular	06 meses e 07 dias
4	Lenara Aita Bozzetto	Desde 30.04.2012	Juíza do Trabalho Substituta lotada na Unidade Judiciária	4 anos, 10 dias
		20.12.2014 a 06.01.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Juíza Auxiliar da Corregedoria	17 dias
		06.02 a 17.02.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Juíza Auxiliar da Corregedoria	12 dias
		18.02 a 22.02.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	05 dias
		23.02 a 02.03.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Juíza Auxiliar da Corregedoria	08 dias
		03.03 a 04.03.2015	Atuou em razão de afastamento da Juíza Titular (PA 0001133-22.2015.5.04.0000)	02 dias
		05.03 a 03.04.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Juíza Auxiliar da Corregedoria	29 dias
		31.10 a 02.11.2015	Atuou como Juíza Substituta lotada	03 dias
		03.11 a 24.11.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	22 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

		25.11 a 19.12.2015	Atuou como Juíza Substituta Lotada	25 dias
		07.01 a 20.01.2016	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	14 dias
		22.01 a 05.02.2016	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	14 dias
		06.02 a 09.02.2016	Atuou como Juíza Substituta lotada	04 dias
		24.02 a 17.07.2016	Atuou como Juíza Substituta lotada	04 meses e 24 dias
5	Gustavo Jaques (Juiz Substituto)	07.01 a 18.01.2015	Atuou em razão de férias da Juíza Titular	12 dias
		19.01 a 05.02.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Juíza Auxiliar da Corregedoria	17 dias
		06.02 a 03.04.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da unidade Judiciária	01mês e 28 dias
		04.04 a 07.04.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Juíza Auxiliar da Corregedoria	04 dias
		08.04 a 09.04.2015	Atuou em razão de afastamento da Juíza Titular (PA 0001355-87.2015.5.04.0000).	02 dias
		10.04 a 21.04.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Juíza Auxiliar da Corregedoria	12 dias
		22.05 a 07.06.2015	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular	16 dias
		08.06 a 15.06.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Juíza Auxiliar da Corregedoria	08 dias
		16.06.2015	Atuou em razão de afastamento da Juíza Titular (PA 0003566-96.2015.5.04.0000)	01dia



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

		17.06 a 09.08.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Juíza Auxiliar da Corregedoria	01mês e 23 dias
6	Rafael Moreira de Abreu (Juiz Substituto)	30.03 a 31.03.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	02 dias
7	Daniela Meister Pereira (Juíza do Trabalho Substituta)	06.04 a 21.04.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença-maternidade	16 dias
		22.04 a 13.05.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Juíza Auxiliar da Corregedoria	22 dias
		14.05 a 17.05.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença maternidade	04 dias
		15.06 a 07.09.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença maternidade	02 meses e 23 dias
		08.09 a 16.09.2015	Atuou em razão de licença para tratamento de saúde da Juíza Titular	09 dias
8	Kelen Patrícia Bagetti (Juíza do Trabalho Substituta)	18.05 a 20.05.2015	Atuou em razão da convocação da Juíza Titular como Juíza Auxiliar da Corregedoria	03 dias
		21.05.2015	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular	01 dia
		22.05 a 14.06.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se em licença-maternidade	23 dias
9	Cíntia Machado de Oliveira (Juíza do Trabalho Substituta)	17.09 a 04.10.2015	Atuou em razão de licença para tratamento de saúde da Juíza Titular	18 dias
10	Bárbara Fagundes (Juíza do Trabalho Substituta)	03.11 a 18.11.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da unidade Judiciária	16 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

11	Sheila dos Reis Mondin Engel (Juíza do Trabalho Substituta)	19.11 a 24.11.2015	Atuou em razão da Juíza Substituta lotada encontrar-se na titularidade da unidade Judiciária	06 dias
12	Rodrigo Machado Jahn	21.01.2016	Atuou em virtude de férias da Juíza Titular	01 dia

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 29.04.2016)

#### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Andrea Saint Pastous Nocchi	Convocada para atuar no Tribunal como Juíza Auxiliar da Corregedoria	20.12.2014 a 06.01.2015	18 dias
		Férias	07.01 a 18.01.2015	12 dias
		Convocada para atuar no Tribunal como Juíza Auxiliar da Corregedoria	19.01 a 17.02.2015	30 dias
		Férias	18.02 a 22.02.2015	05 dias
		Convocada para atuar no Tribunal como Juíza Auxiliar da Corregedoria	23.02 a 02.03.2015	08 dias
		Afastamento conforme PA nº 0001133-22.2015.5.04.0000	03.03 a 04.03.2015	02 dias
		Convocada para atuar no Tribunal como Juíza Auxiliar da Corregedoria	05.03 a 07.04.2015	34 dias
		Afastamento conforme PA nº 0001355-87.2015.5.04.0000	08.04 a 09.04.2015	02 dias
		Convocada para atuar no Tribunal como Juíza Auxiliar da Corregedoria	10.04 a 06.05.2015	27 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

		Afastamento conforme PA nº 0002252-18.2015.5.04.0000	07.05 a 08.05.2015	02 dias
		Convocada para atuar no Tribunal como Juíza Auxiliar da Corregedoria	09.05 a 13.05.2015	05 dias
		Afastamento conforme PA nº 0002657-54.2015.5.04.0000	14.05 a 15.05.2015	02 dias
		Convocada para atuar no Tribunal como Juíza Auxiliar da Corregedoria	16.05 a 20.05.2015	05 dias
		Férias	21.05 a 07.06.2015	18 dias
		Convocada para atuar no Tribunal como Juíza Auxiliar da Corregedoria	08.06 a 15.06.2015	08 dias
		Afastamento conforme PA nº 0003566-96.2015.5.04.0000	16.06.2015	01 dia
		Convocada para atuar no Tribunal como Juíza Auxiliar da Corregedoria	17.06 a 09.08.2015	54 dias
		Licença para Tratamento de saúde	10.08 a 04.10.2015	56 dias
Titular	Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	Férias	03.11 a 24.11.2015	22 dias
		Férias	07.01 a 05.02.2016	30 dias
Substituta lotada na Unidade Judiciária	Lenara Aita Bozzetto	Férias	07.01 a 05.02.2015	30 dias
		Férias	04.04 a 30.09.2015	180 dias
		Férias	01.10 a 30.10.2015	30 dias
		Licença para tratamento saúde	21.01.2016	01 dia
		Férias	10.02 a 23.02.2016	14 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 29.04.2016)

## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Lais Regina Kops Xavier	Analista Judiciário – Área Judiciária	<b>Diretor de Secretaria (CJ3)</b>	04.11.2015
2	Jamile Azambuja Moroszczuk	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Titular (FC05)</b>	04.11.2015
-	Luciano Haubert	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Juiz Substituto (FC05)</b>	30.04.2012
3	Marcia Pacheco Rodrigues	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)</b>	12.02.2016
4	Fabio Ariotti	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	15.12.2014
5	Jose Eduardo Gonçalves Ardenghi	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Secretário de Audiência (FC03)</b>	08.03.2010
6	Patricia Sulzbach	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	04.11.2015
7	Tiago Da Luz	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente (FC02)</b>	26.11.2014
8	Carlos Augusto Griesang	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	24.10.2006
9	Cristina Assis Brasil	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	03.11.2015
10	Marbenne Silva Menezes De Carvalho	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	14.09.2015
11	Renato Nunes Wolff	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	11.04.1994
12	Yara Regina Santos Cevallos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	11.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.05.2016)

## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT



Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.632,67	1.501 – 2.000	12	13 a 14

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre está abaixo dos parâmetros previstos nas referidas normas.

### 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Lais Regina Kops Xavier Desde 04.11.2015	-	-	-
Jamile Azambuja Moroszczuk Desde 04.11.2015 *	CASA- Casamento	08	08 dias
Luciano Haubert	-	-	-
Marcia Pacheco Rodrigues Desde 12.02.2016	-	-	-
Fabio Ariotti	-	-	-
Jose Eduardo Gonçalves Ardenghi	-	-	-
Patricia Sulzbach Desde 04.11.2015*	Curso Parcial	03	03 dias
Tiago Da Luz*	DM- Dispensa Médica	01	01 dia
Carlos Augusto Griesang*	LTS- Tratamento de Saúde	02	02 dias



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Cristina Assis Brasil Desde 03.11.2015*	DM- Dispensa Médica	01	02 dias
	LTS- Tratamento de Saúde	01	
Marbenne Silva Menezes De Carvalho* Desde 14.09.2015*	PD- Prazo para deslocamento	10	10 dias
Renato Nunes Wolff*	FALC- Falecimento Pessoa da Família	08	26 dias
	LTS- Tratamento de Saúde	18	
Yara Regina Santos Cevallos Desde 11.04.2016	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.05.2016)

\* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

## 2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Maria Aparecida Marocci De Sousa Lima	10.03.2015	13.09.2015	06 meses e 04 dias	Removida por permuta para TRT da 5ª Região
2	Keli Camera	02.05.2015	01.10.2015	04 meses e 30 dias	Lotação na 16ª VT de Porto Alegre
3	Romulo Esmerio De Araujo*	29.06.2012	04.10.2015	03 anos, 03 meses e 6 dias	Lotação na 2ª VT de Esteio – Diretor de Secretaria CJ3
4	Fabiana Lanzini**	28.09.2012	04.10.2015	03 anos e 07 dias	Lotação na 2ª VT de Esteio – Assistente de Diretor Secretaria FC04
5	Daiana Eickhoff***	29.06.2012	12.10.2015	03 anos, 03 meses e 14 dias	Lotação na 2ª VT de Esteio- Assistente de Juiz Titular(FC05)
6	Fabiana Bortoluzzi Berger	08.08.2014	02.11.2015	01 ano, 02 meses e 25 dias	Lotação na 24ª VT de Porto Alegre



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

7	Fernando Correa Da Silva*	05.10.2015	03.11.2015	29 dias	Lotação na 24ª VT de Porto Alegre – Diretor de Secretaria CJ3
8	Alessandra Coelho Guindani	05.10.2015	03.11.2015	29 dias	Lotação na 24ª VT de Porto Alegre
9	Giovanni Dalla Vecchia***	21.10.2015	03.11.2015	13 dias	Lotação na 24ª VT de Porto Alegre- Assistente de Juiz Titular(FC05)
10	Anderson Dressler**	28.10.2015	03.11.2015	06 dias	Lotação na 24ª VT de Porto Alegre- Assistente de Diretor de Secretaria- FC04
11	Ramiro Santana Moreno Lopez	23.09.2014	06.01.2016	01 ano, 03 meses e 14 dias	Licença do art. 92 da Lei 8.112/90- AC687/04
12	Fernando Pretto	04.11.2015	11.02.2016	03 meses e 08 dias	Lotação no Gabinete da Exma. Desa. Rejane Souza Pedra – Assistente de Gabinete – FC05
13	Jose Itamar Pereira Nunes	17.02.2016	13.03.2016	27 dias	Lotação no Setor de Controle do Foro de Porto Alegre
14	Carolina Porcher Acosta	08.09.2014	27.03.2016	01 ano, 06 meses e 20 dias	Lotação na 2ª VT de Esteio- Assistente de Diretor de Secretaria

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.05.2016)

\*Os servidores já ocupavam função de Diretor de Secretaria CJ3 na Vara do Trabalho correccionada

\*\* Os servidores já ocupavam função de Assistente de Diretor de Secretaria FC04 na Vara do Trabalho correccionada

\*\*\* Os servidores já ocupavam função de Assistente de Juiz Titular FC05 na Vara do Trabalho correccionada



## 2.2.5 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Jéssica Tátilla de Souza Soares	Direito	29.02.2016 a 02.11.2016
2	Vanessa Dias dos Santos	Direito	03.11.2015 a 02.11.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.05.2016)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	-	-	87,5	87,5
Substituta	Lenara Aita Bozzetto	-	-	70	70

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.05.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor(a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Lais Regina Kops Xavier	-	-	28,5	<b>28,5</b>
Jamile Azambuja Moroszczuk	-	-	23	<b>23</b>
Luciano Haubert	-	-	-	-
Marcia Pacheco Rodrigues	-	-	13	<b>13</b>
Fabio Ariotti	-	28	20	<b>48</b>
Jose Eduardo Gonçalves Ardenghi	-	-	10	<b>10</b>
Patricia Sulzbach	-	-	166	<b>166</b>
Tiago Da Luz	-	-	-	-



Carlos Augusto Griesang	-	-	7	<b>7</b>
Cristina Assis Brasil	-	-	-	-
Marbenne Silva Menezes De Carvalho	-	-	-	-
Renato Nunes Wolff	-	-	-	-
Yara Regina Santos Cevallos	-	-	30,5	<b>30,5</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 03.05.2016)

### **3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL**

#### **3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE**

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.501 a 2.000 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de todas as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1501 a 2.000 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Canoas - 05a Vara	1.413	1.512	1.598	1.507,67
Caxias do Sul - 01a Vara	1.623	1.864	2.108	1.865,00
Caxias do Sul - 02a Vara	1.604	1.870	2.023	1.832,33
Caxias do Sul - 03a Vara	1.627	1.883	2.077	1.862,33
Caxias do Sul - 04a Vara	1.582	1.861	2.059	1.834,00
Caxias do Sul - 05a Vara	1.611	1.846	2.063	1.840,00
Guaíba - 01a Vara	2.407	1.414	1.918	1.913,00
Porto Alegre - 01a Vara	1.514	1.627	1.710	1.617,00
Porto Alegre - 02a Vara	1.503	1.611	1.713	1.609,00
Porto Alegre - 03a Vara	1.512	1.595	1.727	1.611,33
Porto Alegre - 04a Vara	1.533	1.558	1.782	1.624,33



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Porto Alegre - 05a Vara	1.511	1.618	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 06a Vara	1.495	1.602	1.744	1.613,67
Porto Alegre - 07a Vara	1.515	1.567	1.732	1.604,67
Porto Alegre - 08a Vara	1.518	1.574	1.684	1.592,00
Porto Alegre - 09a Vara	1.531	1.589	1.761	1.627,00
Porto Alegre - 10a Vara	1.511	1.625	1.714	1.616,67
Porto Alegre - 11a Vara	1.520	1.688	1.776	1.661,33
Porto Alegre - 12a Vara	1.518	1.594	1.726	1.612,67
Porto Alegre - 13a Vara	1.523	1.597	1.679	1.599,67
Porto Alegre - 14a Vara	1.528	1.584	1.728	1.613,33
Porto Alegre - 15a Vara	1.499	1.643	1.779	1.640,33
Porto Alegre - 16a Vara	1.541	1.635	1.791	1.655,67
Porto Alegre - 17a Vara	1.532	1.597	1.715	1.614,67
Porto Alegre - 19a Vara	1.508	1.598	1.704	1.603,33
Porto Alegre - 20a Vara	1.534	1.592	1.710	1.612,00
Porto Alegre - 21a Vara	1.494	1.658	1.691	1.614,33
Porto Alegre - 22a Vara	1.505	1.568	1.727	1.600,00
Porto Alegre - 23a Vara	1.519	1.666	1.779	1.654,67
Porto Alegre - 24a Vara	1.527	1.599	1.702	1.609,33
Porto Alegre - 25a Vara	1.511	1.612	1.759	1.627,33
<b>Porto Alegre - 26a Vara</b>	<b>1.522</b>	<b>1.592</b>	<b>1.784</b>	<b>1.632,67</b>
Porto Alegre - 27a Vara	1.500	1.593	1.763	1.618,67
Porto Alegre - 28a Vara	1.516	1.586	1.711	1.604,33
Porto Alegre - 29a Vara	1.509	1.705	1.745	1.653,00
São Leopoldo - 01a Vara	1.573	1.935	1.970	1.826,00
São Leopoldo - 02a Vara	1.561	1.935	1.978	1.824,67
São Leopoldo - 03a Vara	1.571	1.959	1.956	1.828,67
São Leopoldo - 04a Vara	1.538	1.984	1.969	1.830,33
Torres - 01a Vara	1.534	1.752	1.659	1.648,33
Viamão - 01a Vara	1.483	1.577	1.837	1.632,33
Unidades com 1.501 a 2.000 processos por ano	63.576	68.465	73.766	1.673,23

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



### 3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.594	2.684	3,47%	2.841	5,85%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	510	433	-15,10%	426	-1,62%
Pendentes de finalização na fase de execução***	2.213	2.152	-2,76%	2.129	-1,07%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	135	79	-41,48%	76	-3,80%
<b>Total</b>	<b>5.452</b>	<b>5.348</b>	<b>-1,91%</b>	<b>5.472</b>	<b>2,32%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

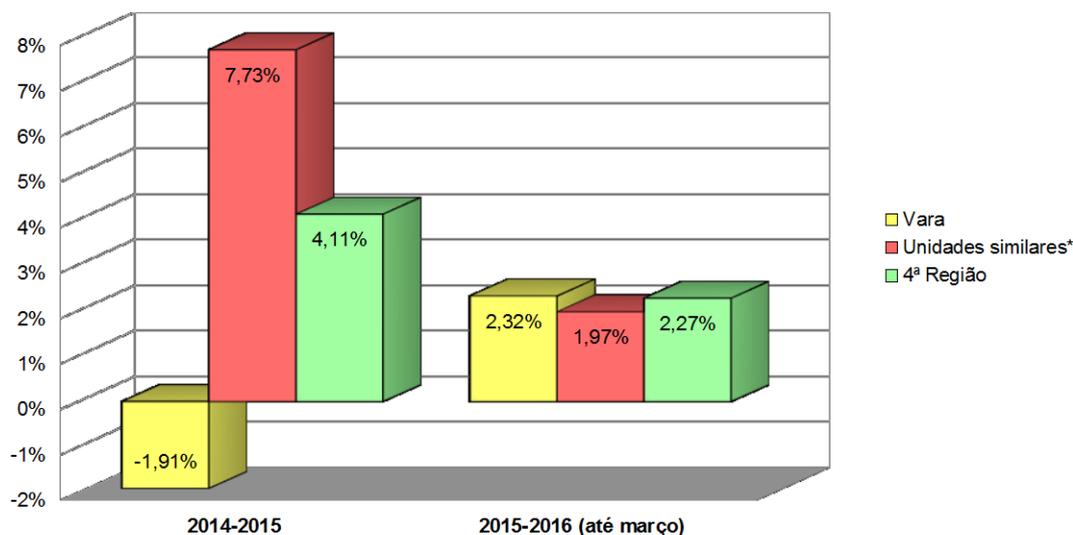
\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve redução de 1,91% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em número de processos, a redução observada nos processos pendentes na fase de liquidação foi o fator que mais contribuiu para esse resultado (queda de 77 processos).

A variação no acervo de processos na 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi em direção oposta ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação média de 4,11% no estoque de processos em tramitação. Nos três primeiros meses de 2016, contudo, o estoque de processos tramitando sofreu aumento de 2,32%, índice acima da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.



Varição do acervo de processos tramitando



### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.01)	Varição 2015-2016
Casos novos	1.592	1.784	12,06%	415	-76,74%
Sentença Anulada/Reformada	17	4	-76,47%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.337	1.616	20,87%	328	-79,70%
Processos pendentes de solução	<b>1.184</b>	<b>1.372</b>	<b>15,88%</b>	<b>1.461</b>	<b>6,49%</b>

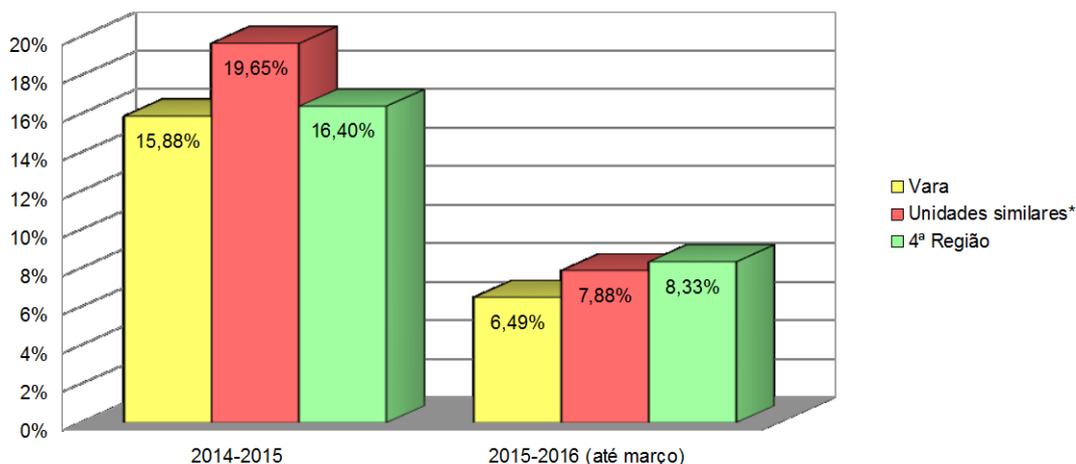
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 15,88% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 1.184 para 1.372 processos) – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi a elevação no número de casos novos em comparação com o ano de 2014.



Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda, quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.12.2015, houve redução no número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade, consoante se pode observar no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	388	307	-20,88%	388	26,38%
Aguardando encerramento da instrução	662	959	44,86%	996	3,86%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	53	68	28,30%	39	-42,65%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	81	38	-53,09%	38	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1.184</b>	<b>1.372</b>	<b>15,88%</b>	<b>1.461</b>	<b>6,49%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 26a Vara	83,98%	90,58%	7,86%	79,04%	-12,75%
Unidades similares*	84,08%	87,00%	3,47%	77,01%	-11,49%
TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	75,96%	-14,76%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 90,58% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 7,86% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao das unidades de porte semelhante em cerca de 3,58% e à média geral do TRT da 4ª Região em 1,47%.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.01)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 26a Vara	51,84%	54,45%	5,03%	18,35%	-66,29%
Unidades similares*	53,68%	53,42%	-0,49%	19,57%	-63,36%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	20,26%	-63,30%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi de 54,45% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 5,03% superior ao verificado no ano anterior. O desempenho foi superior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual (53,42%), mas inferior à média de toda a 4ª Região (55,20%) no referido período.

### 3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.01)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	468	35	583	36,08	98	29,88
	Julgado procedente	19	1,42	27	1,67	4	1,22
	Julgado procedente em parte	542	40,54	508	31,44	129	39,33
	Julgado improcedente	80	5,98	91	5,63	17	5,18
	Extinto	3	0,22	9	0,56	0	0
	Outras decisões	1	0,07	0	0	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>1.113</b>	<b>83,25</b>	<b>1.218</b>	<b>75,37</b>	<b>248</b>	<b>75,61</b>
Sem exame de mérito	Extinto	25	1,87	29	1,79	19	5,79
	Arquivamento (art. 844 CLT)	176	13,16	332	20,54	49	14,94
	Desistência	22	1,65	37	2,29	8	2,44
	Outras decisões	1	0,07	0	0	4	1,22



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	<b>SUBTOTAL</b>	<b>224</b>	<b>16,75</b>	<b>398</b>	<b>24,63</b>	<b>80</b>	<b>24,39</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>1.337</b>	<b>100</b>	<b>1.616</b>	<b>100</b>	<b>328</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, verificou-se um aumento de 279 processos solucionados na Unidade Judiciária na comparação com 2014, o que representa uma elevação de 20,87% no cotejo com o resultado do ano anterior. Esse desempenho se mostra superior à média de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de 8,13% no número de processos solucionados, bem como à média apresentada por unidades similares, que ficou em 13,51%, conforme especificado no quadro abaixo:

Variação média processos solucionados			Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016		2014-2015	2015-2016
Vara	20,87%	-79,70%	Vara	-1,55%	-76,38%
Unidades similares*	13,51%	-80,34%	Unidades similares*	6,86%	-74,24%
4ª Região	8,13%	-77,83%	4ª Região	7,56%	-75,14%

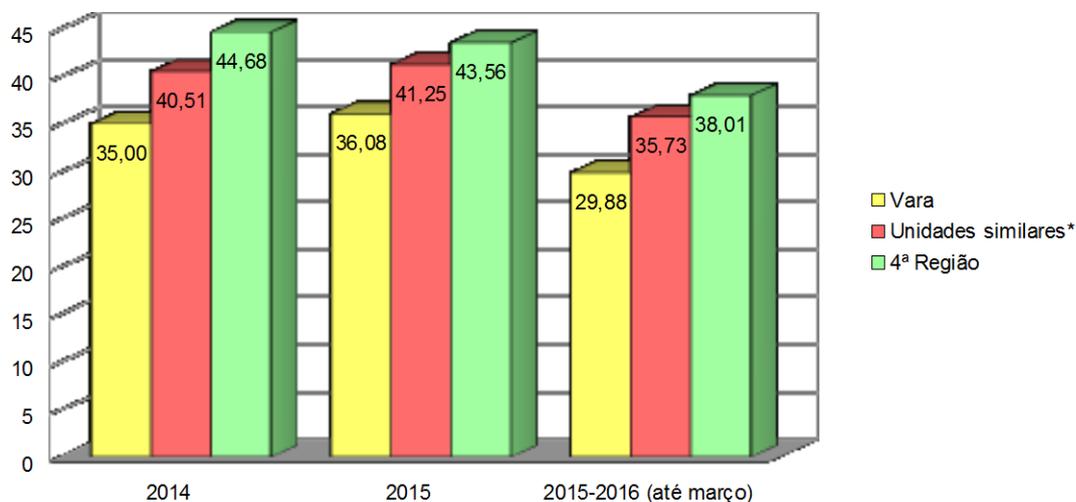
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Dentre os tipos de solução, verificou-se o incremento no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas, contudo, as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 645 decisões com resolução de mérito na Unidade enquanto em 2015 esse número alcançou 635 decisões, representando uma queda de 1,55%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito.

Da mesma forma, os números evidenciam um aumento no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 468, representando 35% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações elevou-se para 583, correspondendo a 36,08% das soluções na fase de conhecimento. Ainda que o desempenho da vara tenha melhorado, o índice obtido em 2015 foi inferior ao verificado em toda a 4ª Região, este no percentual 43,56%. Por fim, constata-se que no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 29,88%, resultado este inferior à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



Percentual de conciliações nos processos solucionados



### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
<b>Iniciadas</b>	513	479	-6,63%	57	-88,10%
<b>Encerradas</b>	459	529	15,25%	54	-89,79%
<b>Pendentes</b>	<b>502</b>	<b>420</b>	<b>-16,33%</b>	<b>414</b>	<b>-1,43%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	4	4	0,00%	4	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 502, em 2014, para 420, em 2015, importando uma redução de 16,33%. Esse percentual foi em direção oposta ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

O principal motivo dessa redução foi o aumento de 15,25% no número de liquidações encerradas na Unidade na comparação entre esses dois períodos, associada a uma diminuição de 6,63% no número de liquidações iniciadas.

No primeiro trimestre de 2016, os números refletem uma nova queda no estoque de processos pendentes na fase de liquidação, para 414 processos, o que representa uma redução de 1,43%.



### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 26a Vara	89,47%	110,44%	23,43%	94,74%	-14,22%
Unidades similares*	89,91%	88,77%	-1,27%	80,52%	-9,29%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 110,44% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 23,43% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi superior, em termos percentuais, à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 21,67%, bem como à média geral do TRT4 em 22,01%, refletindo um resultado bastante positivo.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 26a Vara	47,76%	53,92%	12,90%	11,32%	-79,01%
Unidades similares*	54,99%	53,55%	-2,62%	21,77%	-59,34%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 atingiu 53,92% do número total de liquidações a encerrar – resultado 12,90% superior ao verificado em 2014. Esse desempenho foi bastante similar à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como à média geral do TRT4, com variações inferiores a meio ponto percentual.

## 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	518	633	22,20%	88	-86,10%
	Desarquivadas para prosseguimento	602	288	-52,16%	3	-98,96%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

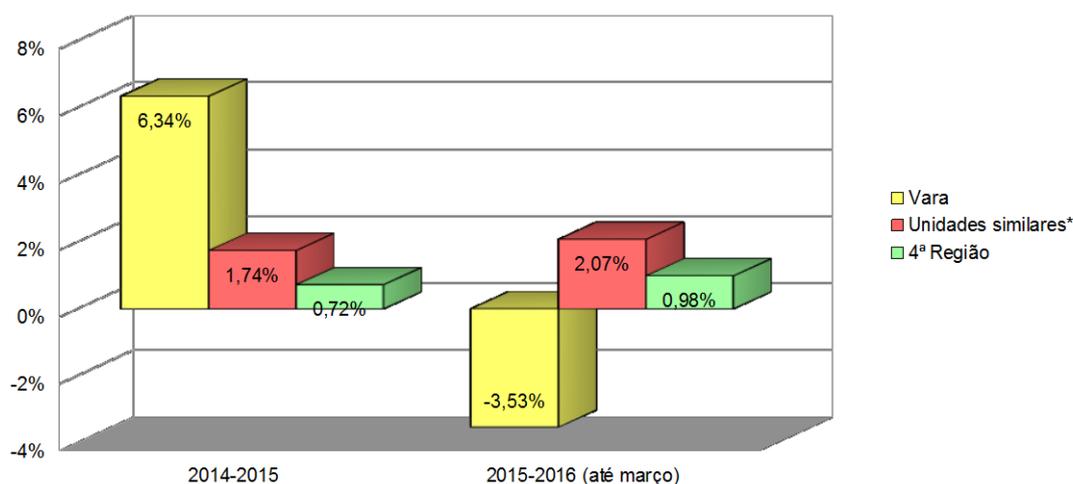
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	487	481	-1,23%	111	-76,92%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	63	110	74,60%	32	-70,91%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	30	10	-66,67%	19	90,00%
	<b>Demais</b>	1.436	1.549	7,87%	1.485	-4,13%
	<b>Total</b>	<b>1.466</b>	<b>1.559</b>	<b>6,34%</b>	<b>1.504</b>	<b>-3,53%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		873	673	-22,91%	699	3,86%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre sofreu aumento de 1.466 para 1.559 (elevação de 6,34%). O aumento de 22,20% no número execuções iniciadas foi o principal fator para essa elevação no período. O número de processos desarquivados para prosseguimento se reduziu porque, no ano de 2014, foram desarquivados pelo Núcleo de Pesquisa Patrimonial, do Juízo Auxiliar de Conciliação, Execução e Precatórios (JACEP) vários processos a fim de se pesquisar valores e dívidas existentes nos processos arquivados. Por tal razão, o número de processos desarquivados em 2014 é atípico.

Por sua vez, os dados colhidos no primeiro trimestre de 2016 apontam uma pequena redução no estoque de processos pendentes na fase de execução, em 3,53%, resultado melhor que a média regional no mesmo período, que apresentou aumento de 0,98% no número de execuções pendentes.

Variação dos processos pendentes na fase de execução



Vê-se, contudo, que os números da tabela apresentam inconsistências, uma vez que o número das execuções pendentes não corresponde aos processos pendentes do período anterior acrescido das execuções iniciadas e diminuído das execuções encerradas e dos processos arquivados provisoriamente. Tal distorção decorre, provavelmente, de erros na movimentação dos processos no sistema informatizado.



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 26a Vara	94,02%	75,99%	-19,18%	126,14%	66,00%
Unidades similares*	92,88%	78,62%	-15,36%	63,13%	-19,70%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	67,51%	-15,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 75,99% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 19,18% em relação ao índice do ano anterior. Constata-se que o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que ficou em 78,62%, bem como à média geral do TRT da 4ª Região, que alcançou 80,03%.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Porto Alegre - 26a Vara	14,36%	16,18%	12,73%	4,78%	-70,44%
Unidades similares*	15,50%	15,81%	1,99%	3,74%	-76,34%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	3,94%	-74,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre em 2015 foi de 16,18% do número total de execuções a encerrar – resultado 12,73% maior que o verificado no ano anterior. Esse resultado foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (15,81%) e à média geral do TRT da 4ª Região (15,39%), constatando-se uma melhora no desempenho da Unidade neste quesito.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016



<b>Processos com inclusão de devedor no BNDT</b>	250	184	-26,40%	25	-86,41%
<b>Processos com exclusão de devedor no BNDT</b>	126	125	-0,79%	29	-76,80%
<b>Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT</b>	<b>1.624</b>	<b>1.663</b>	<b>2,40%</b>	<b>1.654</b>	<b>-0,54%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.03.2016. Dessa consulta, resultaram **16 processos** com execução encerrada definitivamente, mas com devedores inscritos no BNDT.

<b>1</b>	<b>Processo nº 0000308-39.2011.5.04.0026</b>
Em 6/2/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada <b>Charrua S.A. Comércio de Auto Peças</b> permanece inscrita no BNDT, atualmente com a informação “sem garantia”.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0000366-76.2010.5.04.0026</b>
Em 21/1/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada <b>Banda Livre Transportes Ltda.</b> permanece inscrita no BNDT, atualmente com a informação “sem garantia”.	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0000684-25.2011.5.04.0026</b>
Em 17/7/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada <b>O D Odontologia Ltda.</b> permanece inscrita no BNDT, atualmente com a informação “sem garantia”.	
<b>4</b>	<b>Processo nº 0000722-37.2011.5.04.0026</b>
Em 2/10/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas <b>ASM Serviços de Portaria Ltda.</b> e <b>Associação Ecoville</b> permanecem inscritas junto ao BNDT, ambas atualmente com a informação “sem garantia”.	
<b>5</b>	<b>Processo nº 0000820-56.2010.5.04.0026</b>
Em 24/10/2014 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada	



**Silvestre Administração e Serviços Ltda.** permanece inscrita no BNDT, atualmente com a informação “sem garantia”.

**6** **Processo nº 0001200-21.2006.5.04.0026**

Em 1/2/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a reclamada **LT Distribuidora Atacadista Ltda. (Em Recuperação Judicial)** permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia”.

**7** **Processo nº 0001282-76.2011.5.04.0026**

Em 21/3/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada **Eletrônica Silva Sul** ainda permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia”.

**8** **Processo nº 0001350-55.2013.5.04.0026**

Em 19/10/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada **Creche Carvalho Schneider & Schneider Ltda. – ME** ainda permanece inscrita no BNDT, atualmente com a informação “sem garantia”.

**9** **Processo nº 0001459-06.2012.5.04.0026**

Em 19/10/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, a executada **Creche Carvalho Schneider & Schneider Ltda. – ME** ainda permanece inscrita no BNDT, atualmente com a informação “sem garantia”.

**10** **Processo nº 0047400-52.2007.5.04.0026**

Em 10/12/2014 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, os executados **Felipe da Costa Kuhn** e **Simone Quevedo Carbonel - M.E.** permanecem inscritos no BNDT, ambos com a informação “sem garantia”.

**11** **Processo nº 0061600-64.2007.5.04.0026**

Em 3/12/2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto as executadas **Pampa Telecomunicações e Eletricidade S.A.** e **Oi S.A.** permanecem inscritas junto ao BNDT, ambas com a informação “sem garantia”.

**12** **Processo nº 0064800-45.2008.5.04.0026**

Em 18/1/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas **Secure Sistemas de Segurança S/S Ltda.** e **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT** permanecem inscritas no BNDT, ambas com a informação “sem garantia”.

**13** **Processo nº 0070500-36.2007.5.04.0026**

Em 9/4/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas **Portocred S.A. Crédito Financiamento e Investimento** e **GVI Promotora de Vendas e Serviços Ltda.** permanecem inscritas no BNDT, ambas com a informação “com garantia total do juízo”.

**14** **Processo nº 0071200-90.199.5.04.0026**

Em 9/3/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D**, **Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT** e **Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par** permanecem inscritas no BNDT, todas com a



informação “com garantia total do juízo”.

**15** **Processo nº 0100200-28.2005.5.04.0026**

Em 28/1/2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas **Maria Fernanda Machado Soares, Carmen Luiza Geras e Alvina Clarice Geras** permanecem inscritas no BNDT, todas com a informação “com garantia total do juízo”.

**16** **Processo nº 0117200-56.1996.5.04.0026**

Em 10/9/2015 foi lançado o andamento “extinta a execução”. No entanto, as executadas **Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT e Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par** permanecem inscritas no BNDT, todas com a informação “com garantia total do juízo”.

Sinala-se, ainda, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.03.)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	243	287	57	223	235	53	46	52	42
<b>Antecipações de tutela</b>	171	96	78	188	190	65	56	43	23
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	67	36	60	146	105	102	39	34	103
<b>Embargos à execução</b>	133	95	127	136	122	140	60	43	157
<b>Embargos à arrematação</b>	2	1	2	2	2	2	2	0	4
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	23	15	24	5	6	22	4	5	21
<b>Total</b>	<b>639</b>	<b>530</b>	<b>348</b>	<b>700</b>	<b>660</b>	<b>384</b>	<b>207</b>	<b>177</b>	<b>350</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 700 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que



corresponde a um aumento de 9,55% em relação ao ano anterior. Observa-se, ainda, que o número de incidentes processuais julgados apresentou aumento de 24,53% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 530 para 660. A despeito desse aumento, houve elevação do número total de incidentes processuais pendentes de decisão, de 348, em 31.12.2014, para 384 processos, em 2015, o que se atribui, dentre outros fatores, a um considerável aumento no número de impugnações à sentença de liquidação recebidas no ano de 2015. Destaca-se, por fim, que em 31.03.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 350 processos, resíduo 8,85% inferior ao do final do período anterior – sendo que as impugnações à sentença de liquidação e os embargos à execução são as espécies correspondentes à maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Observa-se que, dos incidentes processuais recebidos em 2015, em torno de 31% são Embargos Declaratórios e 40% são Embargos à Execução e Impugnação à Sentença de Liquidação. Dos incidentes pendentes, a relação se altera: 14% correspondem a EDs e 63% correspondem a impugnações e embargos à execução.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, como nos exemplos que seguem:

<b>1</b>	<b>Processo 0137500-92.2003.5.04.0026</b>
Em 1/12/2014 foram opostos Embargos Declaratórios pela reclamada. Os embargos foram recebidos como simples petição e decididos através de simples “decisão/despacho”. Uma vez que não foi dada a específica solução no sistema, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junta ao e-Gestão.	
<b>2</b>	<b>Processo nº 0001163-18.2011.5.04.0026</b>
Em 25/6/2015 foi apresentada impugnação à sentença de liquidação, que foi recebida e decidida através de simples “decisão/despacho”. Uma vez que não foi dada a específica solução no sistema, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”, permanece a pendência junta ao e-Gestão.	
<b>3</b>	<b>Processo nº 0101000-22.2006.5.04.0026</b>
Em 9/12/2014 foram apresentados Embargos à Execução/Penhora, decididos em 16/7/2015 mediante simples “decisão/despacho”. Sem que tenha sido dada a solução específica (Decisão em Incidente Processual), permanece a pendência junta ao sistema e-Gestão.	
<b>4</b>	<b>Processo nº 0046200-15.2004.5.04.0026</b>
Em 18/3/2015 foi apresentada Exceção de Pré-Executividade, que foi rejeitada liminarmente em 3/6/2015, mediante simples “decisão/despacho”. Assim, sem que tenha sido dada a solução específica, qual seja, Decisão em Incidente Processual, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.	

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 27.04.2016)



Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	<b>Sumaríssimo</b>	95,34	123,63	29,67%	151,76	22,75%
	<b>Ordinário</b>	279,51	297,82	6,55%	306,91	3,05%
	<b>Total</b>	<b>258,91</b>	<b>281,77</b>	<b>8,83%</b>	<b>290,18</b>	<b>2,98%</b>

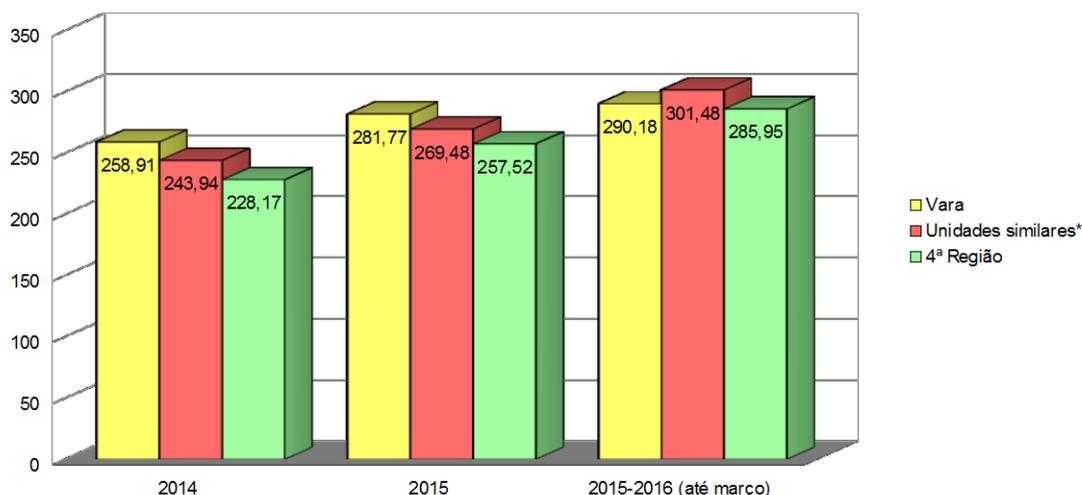
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresentou uma elevação de 8,83%, passando de 258,91 para 281,77 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 29,67% em relação à média do ano anterior, passando de 95,34 para 123,63 dias. Por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 297,82 dias, prazo este 6,55% superior na comparação com aquele apresentado no ano de 2014.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 4,56% superior (12,29 dias) à média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 9,42% maior (24,25 dias) à média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4. Outrossim, os dados do primeiro trimestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 290,18 dias, resultado este 3,75% inferior (11,3 dias) em relação ao prazo médio constatado nas demais Unidades Similares, e 1,48% superior (4,22 dias) ao prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	<b>Sumaríssimo</b>	176,52	292,43	65,67%	236,33	-19,18%
	<b>Ordinário</b>	267,64	328,12	22,60%	351,59	7,15%
	<b>Total</b>	<b>261,67</b>	<b>326,62</b>	<b>24,82%</b>	<b>338,29</b>	<b>3,57%</b>

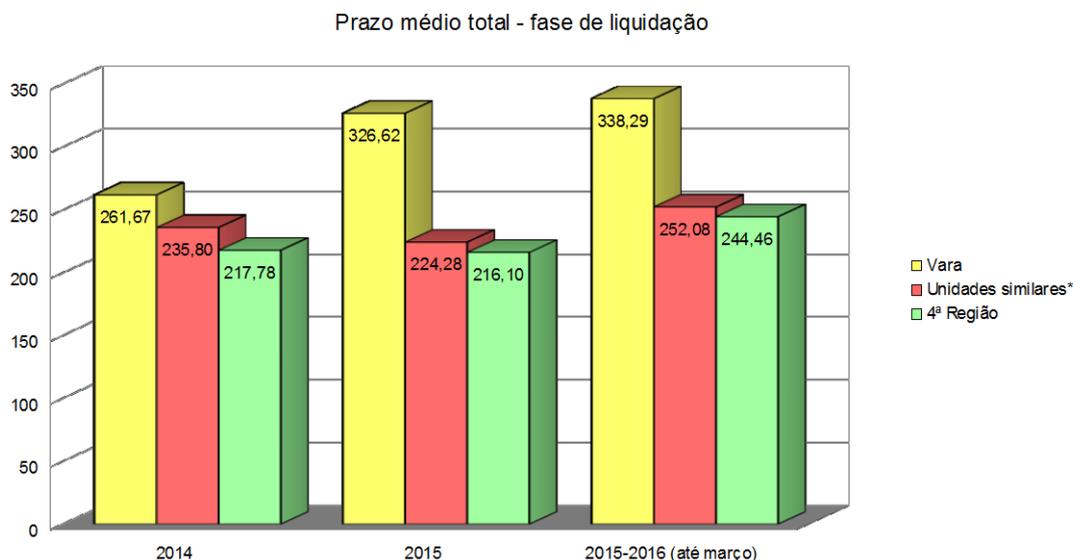
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 292,43 dias, apresentando uma elevação de 65,67% em relação à média de prazo do ano anterior. No rito ordinário o prazo médio alcançou 328,12 dias, prazo este 22,60% superior em comparação ao verificado em 2014. Ainda, os dados do ano de 2016, colhidos no primeiro trimestre, apontam uma tendência geral de elevação dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação, ainda que tenha havido uma diminuição de prazo no rito sumaríssimo.

Constatou-se, ainda, que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 102,34 dias maior do que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 110,52 dias superior na comparação com a média dos prazos observados pelas Unidades de 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados dos três primeiros meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 34,20% maior (86,21 dias) do que prazo médio nas demais Unidades Similares, e 38,38% maior (93,88 dias) que o



prazo médio verificado na demais Unidades integrantes da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	760,91	799,44	5,06%	1.030,97	28,96%
	Ente público	1.248,26	1.608,25	28,84%	787,00	-51,06%
	<b>Total</b>	<b>787,73</b>	<b>843,40</b>	<b>7,07%</b>	<b>1.014,39</b>	<b>20,27%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 760,91 dias, em 2014, para 799,44 dias, em 2015. No primeiro trimestre de 2016, a média sofreu nova elevação para 1.030,97 dias, prazo este 28,96% maior que a do período anterior, indicando tendência de elevação do prazo para o período futuro.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 1.248,26 dias, em 2014, para 1.608,25 dias, em 2015. Todavia, nos três primeiros meses de 2016, o lapso de tramitação recuou para 787 dias, o que equivale a uma redução em 51,06% na comparação com 2015.

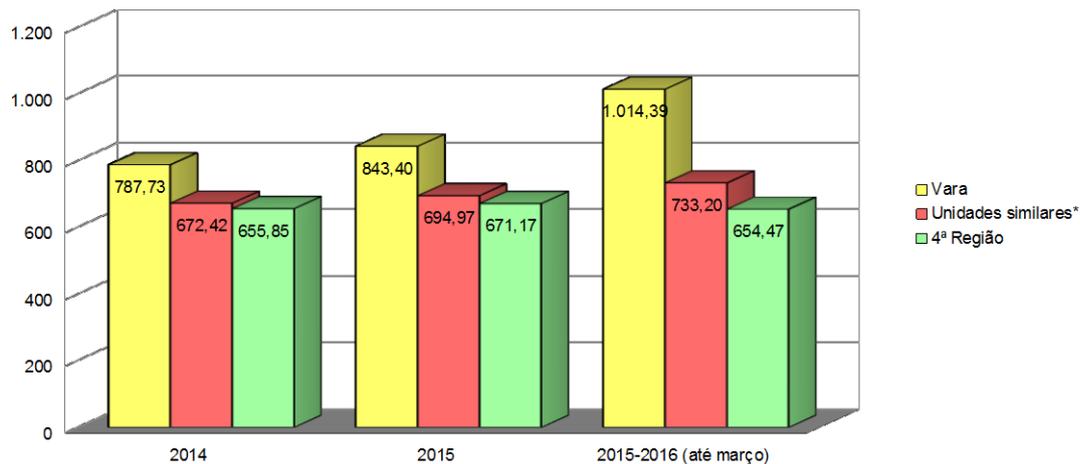
Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na



26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre foi 21,38% superior (148,42 dias), e 25,66% maior (172,33 dias) que a média de toda a 4ª Região.

Finalmente, verifica-se que no primeiro trimestre de 2016, o prazo médio da Unidade foi 38,35% maior (281,19 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 54,99% maior (359,91 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.784	1.616	90,58%	Meta não cumprida

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
708	696	98,31%	Meta cumprida

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.



META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
633	794	125,43%	Meta cumprida

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
8	8	100,00%	Meta cumprida

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	50	40	49	Meta cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	24	39	23	Meta não cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	35	13	34	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	6	5	Meta não cumprida
5º	União	22	31	21	Meta não cumprida
6º	OI S.A.	27	14	26	Meta cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	18	4	17	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	19	30	18	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	7	5	6	Meta cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	49	26	48	Meta cumprida



### 5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	258,91	281,77	<b>256,32</b>	<b>Meta não cumprida</b>

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
<b>Total de acordos</b>	533	468	500,5	583	<b>506</b>	<b>Meta cumprida</b>

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2016	Solucionados até 31.03.2016	%	Resultado parcial (até 31.03)
415	328	<b>79,04%</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e fevereiro de 2016	%	Resultado parcial (até 31.03)
1.166	1.026	<b>87,99%</b>	<b>Meta ainda não cumprida</b>

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.



META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.03.)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31.03)
<b>Total de acordos</b>	533	468	500,5	98	<b>511</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	44,42	39	41,71	32,67	<b>42,58</b>	

**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.01)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31.03)
88	113	<b>128,41%</b>	<b>Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta</b>

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
1	<b>Meta ainda não cumprida</b>

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.01.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até 31.03)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	40	47	<b>39</b>	]
2º	Estado do Rio Grande do Sul	39	41	<b>38</b>	



3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	13	11	12	Período insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	6	5	
5º	União	31	8	30	
6º	OI S.A.	14	19	13	
7º	<u>Proservi Serviços de Vigilância Ltda.</u> (Em Recuperação Judicial)	4	3	3	
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	30	31	29	
9º	Banco do Brasil S.A.	5	7	4	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	26	26	25	

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças, quartas e quintas-feiras. A Juíza Titular (J1) faz as pautas pela manhã, enquanto a Juíza Substituta (J2) faz as pautas à tarde. Durante as férias de uma das juízas, não há pauta dupla. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	6(I) 1(U) 3(P)	6(I) 1(U) 3(P)	6(I) 1(U) 3(P)	6(I) 1(U) 3(P)	-
Tarde	-	-	-	-	-

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	7(I) 1(U) 3(P)	7(I) 1(U) 3(P)	7(I) 1(U) 3(P)	7(I) 1(U) 3(P)	-
Tarde	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 09.05.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento



Conforme informado pelo Secretário de Audiências, eventualmente a Juíza Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim (J1) faz uma pauta de iniciais às sextas-feiras, na qual inclui de 20 a 25 processos. As Cartas Precatórias Inquiritórias são incluídas no horário previsto para processos do rito sumaríssimo. Na data da inspeção foi designada audiência em uma CPI para o dia 07.06.2016.

A Juíza Lenara Aita Bozzetto (J2) geralmente faz três prosseguimentos por dia. Quando o processo é mais simples, sem produção de provas, inclui quatro prosseguimentos na pauta. As Cartas Precatórias Inquiritórias são encaixadas na pauta à medida que surgem.

Todas as audiências iniciais são designadas em secretaria.

São feitas audiências de conciliação na execução quando as partes solicitam.

## 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
<b>Inicial</b>	14.06.2016	20.06.2016	15.06.2016	21.06.2016
<b>Una Sumaríssimo</b>	14.06.2016	25.05.2016	15.06.2016	31.05.2016
<b>Instrução</b>	11.04.2017	30.03.2017	28.03.2017	03.04.2017*

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 09.05.2016)

\*Há 01 horário disponível em 24.11.2016, para processo simples

## 6.3 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	<b>Sumaríssimo</b>	55,11	72,41	31,41%	66,33	-8,40%
	<b>Ordinário</b>	70,74	87,16	23,21%	92,92	6,61%
	<b>Total</b>	<b>69,1</b>	<b>85,87</b>	<b>24,28%</b>	<b>90,14</b>	<b>4,97%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo elevou-se de 55,11 dias, em 2014, para 72,41 dias, em 2015 (aumento de 31,41%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 70,74 dias, em 2014, para 87,16 dias, em 2015 (elevação de 23,21%). Assim, o prazo médio total elevou-se de 69,1 dias, em 2014, para 85,87 dias, em 2015,



refletindo aumento de 24,28% no período.

Segundo os dados coletados no primeiro trimestre de 2016, o prazo médio observou nova elevação para 90,14 dias, traduzindo um aumento de 4,97% na comparação com aquele identificado ao final do exercício anterior.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, constatou-se que o prazo médio das audiências iniciais é inferior aos prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão: a pauta livre para iniciais do rito ordinário está em 40 dias e para o rito sumaríssimo em 30 dias.

#### 6.4 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03.)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	34,44	35,02	1,67%	80,00	128,46%
	Ordinário	156,17	192,65	23,36%	199,89	3,76%
	<b>Total</b>	<b>140,12</b>	<b>178,08</b>	<b>27,09%</b>	<b>186,47</b>	<b>4,71%</b>

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo aumentado de 34,44 dias, em 2014, para 35,02 dias, em 2015 (variação de 1,67%). Já no rito ordinário, foi registrado aumento do prazo médio de 156,17 dias, em 2014, para 192,65 dias, em 2015 (aumento de 23,36%). Logo, o prazo médio total, no ano de 2015, alcançou 178,08 dias, refletindo aumento de 27,09% em relação ao ano anterior.

No primeiro trimestre de 2016, o prazo médio total apresentou elevação de 4,71%, ficando em 186,47 dias.

#### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Bárbara Fagundes	67	31	4	0	<b>102</b>
Cíntia Machado De Oliveira	46	30	6	0	<b>82</b>
Daniela Meister Pereira	462	249	51	8	<b>770</b>
Gustavo Jaques	520	261	32	5	<b>818</b>
Kelen Patrícia Bagetti	82	50	13	0	<b>145</b>
Lenara Aita Bozzetto	215	85	43	4	<b>347</b>
Márcio Lima Do Amaral	215	33	11	0	<b>259</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Sheila Dos Reis Mondin Engel	19	9	1	0	<b>29</b>
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	94	41	8	0	<b>143</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.720</b>	<b>789</b>	<b>169</b>	<b>17</b>	<b>2.695</b>

2016 (até 31.03)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Lenara Aita Bozzetto	130	69	25	0	<b>224</b>
Rodrigo Machado Jahn	12	1	0	0	<b>13</b>
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	174	90	15	0	<b>279</b>
<b>TOTAL</b>	<b>316</b>	<b>160</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>516</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

## 6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Andrea Saint Pastous Nocchi	-	2	0	2	-	<b>2</b>
Bárbara Fagundes	21	0	0	21	10	<b>31</b>
Cíntia Machado De Oliveira	37	2	0	39	13	<b>52</b>
Daniela Meister Pereira	164	164	5	333	84	<b>417</b>
Gustavo Jaques	133	294	3	430	165	<b>595</b>
Jaqueline Maria Menta	-	1	0	1	-	<b>1</b>
Kelen Patrícia Bagetti	33	33	0	66	17	<b>83</b>
Lenara Aita Bozzetto	94	101	1	196	47	<b>243</b>
Marcelo Bergmann Hentschke	-	0	0	0	1	<b>1</b>
Márcio Lima Do Amaral	45	4	0	49	39	<b>88</b>
Mauricio Joel Zanotelli	-	1	0	1	-	<b>1</b>
Rafael Moreira De Abreu	3	5	0	8	2	<b>10</b>
Sheila Dos Reis Mondin Engel	25	0	0	25	3	<b>28</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	28	19	0	47	17	<b>64</b>
<b>Total</b>	<b>583</b>	<b>626</b>	<b>9</b>	<b>1.218</b>	<b>398</b>	<b>1.616</b>

2016 (até 31.03)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bárbara Fagundes	-	14	0	14	-	<b>14</b>
Daniela Meister Pereira	-	16	0	16	-	<b>16</b>
Kelen Patrícia Bagetti	-	1	0	1	-	<b>1</b>
Lenara Aita Bozzetto	43	57	0	100	38	<b>138</b>
Márcio Lima Do Amaral	-	3	0	3	1	<b>4</b>
Rodrigo Machado Jahn	2	0	0	2	-	<b>2</b>
Sheila Dos Reis Mondin Engel	-	2	0	2	1	<b>3</b>
Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim	53	57	0	110	40	<b>150</b>
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>150</b>	<b>0</b>	<b>248</b>	<b>80</b>	<b>328</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

## 6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Substituta Bárbara Fagundes	Processos de cognição	05
Juíza Substituta Bárbara Fagundes	Embargos de Declaração	01
Juíza Substituta Bárbara Fagundes	Embargos à Arrematação	01
Juíza Substituta Cíntia Machado De Oliveira	Processos de cognição	10
Juíza Substituta Jaqueline Maria Menta	Embargos de Declaração	01
Juiz Substituto Márcio Lima Do Amaral	Processos de cognição	01
Juiz Substituto Rodrigo Machado Jahn	Processos de cognição	01
Juiz Substituto Sheila Dos Reis Mondin Engel	Processos de cognição	01
<b>Total: 21 processos</b>		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 06.05.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 18.03.2016)



## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Os despachos urgentes são cumpridos no dia.

Os ofícios são expedidos entre 2 e 5 dias após a determinação. As notificações em torno de 10 e 15 dias. No momento da inspeção, estavam sendo expedidas notificações dos processos despachados no mês de abril.

As notificações da Procuradoria Regional Federal são feitas semanalmente.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

Nos processos físicos estão sendo expedidos os mandados com despachos do mês de fevereiro. Nos processos eletrônicos estão sendo cumpridos os despachos de março.

Os precatórios são expedidos preferencialmente no mês de maio de cada ano e encaminhados ao setor de Precatórios do TRT.

As Requisições de Pequeno Valor são expedidas à medida em que determinadas.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Os alvarás de reclamantes têm prioridade e são expedidos entre 2 e 5 dias após a determinação. Os alvarás de reclamada são expedidos num prazo maior.

No momento da inspeção estavam sendo expedidos os alvarás de reclamada cujo despacho datava de fevereiro e março de 16.

### **7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

A média de petições protocoladas na unidade gira em torno de 100 a 120 ao dia, computadas as de processos físicos e eletrônicos.

As petições urgentes são apreciadas prioritariamente. As demais levam em torno de 15 dias, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos. No dia da inspeção, estavam sendo despachados os protocolos do dia 22.04.2016.

### **7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

No dia da correição estava sendo certificado o prazo vencido em fevereiro/2016.

### **7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

A remessa é semanal.

### **7.7 CONVÊNIOS**

São utilizados todos os convênios disponíveis.

### **7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

O arquivamento é feito à medida que há processos suficientes para fechar um lote de arquivo.



## 7.9 EXECUÇÃO REUNIDA

A Unidade tem somente 01(uma) execução reunida. Nessa execução, os processos estão apensados ao principal (Processo nº 0002700-54.2008.5.04.0026, com 15 reclamantes e 8 reclamadas).

## 7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita quando da resposta da ordem de bloqueio no BacenJud..

A retirada do BNDT é feita após o despacho de encerramento da execução.

## 7.11 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO À MASSA FALIDA

Após a expedição das certidões de habilitação de créditos, a execução é encerrada e o processo é arquivado sem dívida.

## 7.12 EXAME DOS LIVROS

**7.12.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFor, realizada em 06.05.2016**

	Processo	Prazo
1	0001398-48.2012.5.04.0026	10.12.2014
2	0000722-37.2011.5.04.0026	27.10.2015
3	0001350-55.2013.5.04.0026	26.11.2015
4	0086900-33.2004.5.04.0026	27.01.2016
5	0147100-30.2009.5.04.0026	10.02.2016
6	0001255-25.2013.5.04.0026	10.02.2016
7	0000952-45.2012.5.04.0026	10.02.2016
8	0113900-42.2003.5.04.0026	22.02.2016
9	0001218-32.2012.5.04.0026	22.02.2016
10	0000189-10.2013.5.04.0026	26.02.2016
11	0046300-77.1998.5.04.0026	03.03.2016
12	0000696-68.2013.5.04.0026	07.03.2016
13	0001334-04.2013.5.04.0026	08.03.2016
14	0000901-34.2012.5.04.0026	14.03.2016
15	0000999-82.2013.5.04.0026	06.04.2016
16	0000296-54.2013.5.04.0026	07.04.2016
17	0088100-85.1998.5.04.0026	08.04.2016
18	0007200-08.2004.5.04.0026	11.04.2016
19	0131500-91.1994.5.04.0026	11.04.2016
20	0001044-86.2013.5.04.0026	18.04.2016



21	0136500-57.2003.5.04.0026	19.04.2016
22	0000839-28.2011.5.04.0026	22.04.2016
23	0000340-10.2012.5.04.0026	25.04.2016
24	0072900-91.2005.5.04.0026	25.04.2016
25	0130200-74.2006.5.04.0026	26.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.05.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

De acordo com a Diretora de Secretaria, a cobrança de cargas de advogados, peritos e Oficiais de Justiça é feita pelo sistema informatizado

#### **7.12.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFor, realizada em 06.05.2016**

	Processo	Prazo
01	0000275-49.2011.5.04.0026	15.02.2016
02	0000033-22.2013.5.04.0026	22.03.2016
03	0000738-25.2010.5.04.0026	28.03.2016
04	0000964-25.2013.5.04.0026	01.04.2016
05	0000380-89.2012.5.04.0026	04.04.2016
06	0001328-94.2013.5.04.0026	04.04.2016
07	0000565-64.2011.5.04.0026	11.04.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 06.05.2016)

#### **7.12.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias**

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 06.05.2016, verificou-se que há apenas 01 mandado em atraso em carga com o Oficial de Justiça. Trata-se da carga nº 026-00179/15, relativa ao processo nº 0000552-65.2011.5.04.0026.

### **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 06.05.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **690**



**processos.** Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

## 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000567-34.2011.5.04.0026
	<p><b>Fase:</b> Execução</p> <p><b>Aspectos Gerais dos autos:</b> ordem de juntada não observada: carta de preposto e instrumento de procuração juntados antes do contrato social da 1ª reclamada. (fls. 38-44) (Art. 67 da CPCr)</p> <p><b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – entre preclusão de prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo para 1ª reclamada apresentar cálculos vencido em 04.08.2014 (fl. 388), com certidão correspondente exarada em 28.10.2014 (fl. 388v).</p> <p>Demora no impulso processual – entre prática de atos subsequentes: certidão referente ao vencimento do prazo para 1ª reclamada apresentar cálculos exarada em 28.10.2014 (fl. 388v), com notificação subsequente direcionada ao reclamante expedida em 12.12.2014 (fl. 400).</p> <p>Demora no impulso processual – entre protocolo de petição e juntada aos autos: petição apresentada pelo reclamante em 15.12.2014 (fl. 401), com juntada aos autos em 06.03.2015 (fl. 400v).</p> <p>Demora no impulso processual - entre decisão e cumprimento: decisão proferida em 08.09.2015 (fl. 447), determinando o lançamento da conta e intimação para o pagamento da 1ª reclamada, com cumprimento correspondente, apenas, em 13.01.2016 (fls. 448 -449).</p> <p>Demora no impulso processual – processo parado há mais de 30 dias: vencimento do prazo para pagamento da 1ª reclamada em 11.02.2016 (fl. 449), sem movimentação posterior.</p>
2	Processo nº 0001507-96.2011.5.04.0026
	<p><b>Fase:</b> Liquidação</p> <p><b>Aspectos Gerais dos autos:</b> Ausência de certidão nos autos relativa à suspensão do processo, conforme decisão proferida em 30.04.2012 (fl. 154). (Art. 95 da CPCr)</p> <p>Ausência de lançamento no sistema informatizado: ausência de lançamento específico no sistema informatizado relativo à suspensão processual (fl. 154). (Art. 94, parágrafo único, da CPCr)</p> <p>Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 220v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas, bem como o instrumento de procuração e alteração do contrato social (fls. 224v -234), que acompanham o recurso ordinário da reclamada. (Art. 101, parágrafo único, da CPCr)</p> <p>Ausência de certidão de conferência e regularização formal do processo: remessa dos autos ao Tribunal para julgamento do recurso ordinário (fl. 241) sem a efetuação da prévia conferência e regularização formal. (Art. 106 da CPCr)</p> <p>Ausência de informação imprescindível no termo de carga: não consta a data de devolução do processo nos termos de carga das fls. 254 e 323. (Art. 53, parágrafo único, da CPCr)</p> <p><b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – entre decisão e cumprimento: <b>1)</b> decisão proferida em 27.11.2014 (fl. 235), determinando a notificação do reclamante para contrarrazões, com cumprimento em 07.01.2015 (fl. 235). <b>2)</b> decisão proferida em 15.02.2016 (fl. 344), determinando a notificação do reclamante acerca da impugnação aos cálculos apresentada pela reclamada, com cumprimento em 11.04.2016 (fl. 345);</p> <p>Demora no impulso processual – entre preclusão de prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo para reclamada apresentar cálculos vencido em 20.07.2015 (fl. 250), com certidão correspondente exarada em 03.09.2015 (fl. 250v).</p>
3	Processo nº 0001315-95.2013.5.04.0026
	<p><b>Fase:</b> Liquidação</p> <p><b>Aspectos Gerais dos autos:</b> Termo de juntada com informações incompletas: termo de</p>



juntada lançado à fl. 297v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls. 309v - 311), que acompanham o recurso ordinário da 1ª reclamada. (Art. 101, parágrafo único, da CPCR)

Ausência de certidão de conferência e regularização formal do processo: remessa dos autos ao Tribunal para julgamento do recurso ordinário (fl. 335) sem a efetuação da prévia conferência e regularização formal. (Art. 106 da CPCR)

Ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 15.10.2015 (fl. 360) para 1ª reclamada apresentar cálculo de liquidação. (Art. 95 da CPCR)

Decisão/despacho não cumprido: decisão proferida em 24.09.2015 (fl.359), determinando a notificação sucessiva das reclamadas para apresentação cálculos, com cumprimento parcial, sendo notificada apenas a 1ª reclamada (fl. 360). (Art. 141, II, do CPC).

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – entre decisão/despacho e cumprimento: **1)** decisão proferida em 31.07.2014 (fl. 295), determinando a notificação das reclamadas para contrarrazões, com cumprimento em 26.09.2014 (fls. 296-297). **2)** decisão proferida em 05.11.2014 (fl. 326), determinando a notificação dos recorridos para contrarrazões, com cumprimento em 07.01.2015 (fls. 327 - 328). **3)** certidão “de ordem” (fl. 400) exarada em 18.02.2016 referente à notificação dos interessados acerca do cálculo do reclamante, com cumprimento em 11.04.2016 (fl. 401).

Demora no impulso processual – entre prática de atos subsequentes: vencimento do prazo para 1ª reclamada apresentar cálculos em 15.10.2015, com notificação sucessiva do reclamante realizada, apenas, em 11.01.2016 (fl. 361).

4

Processo nº 0001366-43.2012.5.04.0026

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos autos:** Ausência de certidão de conferência e regularização formal do processo: remessa dos autos ao Tribunal para julgamento do recurso ordinário (fl. 255) sem a efetuação da prévia conferência e regularização formal. (Art. 106 da CPCR)

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual - entre decisão e cumprimento: **1)** decisão proferida em 21.08.2014 (fl. 306), determinando a notificação da reclamada para apresentar cálculos de liquidação, com cumprimento em 01.12.2014 (fl. 307). **2)** despacho proferido em 09.11.2015 (fl. 343), determinando a notificação do reclamante para contraminutar agravo de petição, com cumprimento realizado em 07.01.2016 (fl. 344).

Demora no impulso processual – entre prática do ato e conclusão subsequente: agravo de petição protocolado em 15.09.2015 (fl.339), juntado aos autos em 15.10.2015 (fl. 338v), com conclusão subsequente efetuada em 06.11.2015 (fl. 343).

5

Processo nº 0001448-74.2012.5.04.0026

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos autos:** Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 180 não menciona os documentos (fls. 183 -184) que acompanham a petição do reclamante. (Art. 101, parágrafo único, da CPCR)

Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 244v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls.2 54 -255), que acompanham o recurso ordinário da reclamada. (Art. 101, parágrafo único, da CPCR)

Ausência de certidão de conferência e regularização formal do processo: remessa dos autos ao Tribunal para julgamento do recurso ordinário (fl. 267) sem a efetuação da prévia conferência e regularização formal. (Art. 106 da CPCR)

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

6

Processo nº 0000659-75.2012.5.04.0026

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos autos:** ordem de juntada não observada: carta de preposto juntada entre o instrumento de procuração e o substabelecimento da 1ª reclamada (fls. 43-45). (Art. 67 da CPCR)



Termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 122v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls.132v -133), que acompanham o recurso ordinário da 2ª reclamada. (Art. 101, parágrafo único, da CPCr)

Ausência de certidão de conferência e regularização formal do processo: remessa dos autos ao Tribunal para julgamento do recurso ordinário (fl. 140) sem a efetuação da prévia conferência e regularização formal. (Art. 106 da CPCr)

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – entre preclusão de prazo e certidão correspondente: **1)** vencimento do prazo comum para reclamante e 1ª reclamada apresentarem contrarrazões vencido em 23.01.2013, com certidão e conclusões subsequentes realizadas em 01.04.2013 (fl. 138). **2)** vencimento do prazo em 07.04.2014 para 1ª reclamada apresentar cálculos de liquidação, com certidão correspondente exarada em 09.10.2014 (fl. 224v). **3)** vencimento do prazo para 2ª reclamada apresentar cálculos de liquidação vencido em 30.10.2014, com certidão e conclusões subsequentes realizadas em 23.01.2015 (fl. 227). **4)** vencimento do prazo para pagamento em 05.02.2016 (fl. 254), com certidão correspondente exarada em 25.03.2016 (fl. 254v).

Demora no impulso processual – entre decisão e cumprimento: decisão proferida em 28.08.2015 (fl. 250), determinando o lançamento da conta pela Secretaria e intimação da 1ª reclamada para pagamento, com cumprimento observado, apenas, em 14.12.2015 (fl. 252 - 254).

7

**Processo nº 0000023-75.2013.5.04.0026**

**Fase:** Conhecimento – Embargos de Terceiros.

**Aspectos Gerais dos autos:** nada a apontar.

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual: vencimento do prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo em 18.02.2013 para embargado responder aos embargos de terceiro, com certidão correspondente exarada em 12.04.2013 (fl. 294).

Demora no impulso processual - entre protocolo e juntada aos autos: **1)** petição protocolada pela embargante em 14.05.2013 (fl. 297), com juntada aos autos em 04.07.2013 (fl. 296). **2)** petição protocolada pela embargante em 01.08.2013 (fl. 302), com juntada aos autos em 25.11.2013 (fl. 301v).

Demora no impulso processo – processo parado há mais de 30 dias: último andamento realizado em 08.09.2015 (fl. 331) relativo à consulta do andamento processual de ação com trâmite na Justiça Estadual do RS, na qual é discutida a propriedade do imóvel objeto dos embargos de terceiros.

8

**Processo nº 0000214-57.2012.5.04.0026**

**Fase:** Conhecimento

**Aspectos Gerais dos autos:** nada a apontar.

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

9

**Processo nº 0000309-87.2012.5.04.0026**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos autos:**

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – entre decisão e cumprimento: **1)** decisão proferida em 23.04.2014 (fls. 177 - 178), determinando a notificação da reclamada para apresentar cálculos de liquidação, com cumprimento observado, apenas, em 02.10.2014 (fl. 179). **2)** decisão proferida em 18.06.2015 (fl. 220), determinando o lançamento da conta de liquidação pela Secretaria e intimação da reclamada para pagamento, com cumprimento observado em 10.08.2015 (fl. 221). **3)** decisão proferida em 21.10.2015 (fl. 223), determinando a utilização sucessiva dos sistemas Bacenjud e Renajud, com cumprimento inicial observado em 24.11.2015 (Bacenjud) e, posteriormente, em 18.01.2016 (Renajud) (fls.228 e 229). **4)** decisão proferida em 19.01.2016 (fl. 233), determinando a citação da titular da reclamada, com cumprimento observado, apenas, em 11.04.2016 (fl. 235).

Demora no impulso processual – entre prática de atos subsequentes: cálculos de liquidação juntados aos autos em 19.03.2015 (fl. 184v), com notificação direcionada ao reclamante



realizada em 09.04.2015 (fl. 217).  
Demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e conclusão subsequente: vencimento do prazo para pagamento em 01.09.2015, com conclusão subsequente realizada em 21.10.2015 (fl.223).

10

Processo nº 0000372-78.2013.5.04.0026

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos autos:** ordem de juntada não observada: carta de preposição juntada após o instrumento de procuração e substabelecimento (fls. 28 - 30). (Art. 67 da CPC)

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – entre o vencimento do prazo e certidão correspondente: vencimento do prazo comum em 16.12.2013 para manifestação acerca da venda judicial dos bens penhorados, com certidão correspondente exarada, apenas, em 02.05.2014 (fl. 48v).

Demora no impulso processual – entre prática de atos subsequentes: autorização judicial expedida em 09.05.2014 (fl. 49), com notificação expedida ao Leiloeiro para retirada do documento em 17.09.2014 (fl. 50).

Demora no impulso processual – entre decisão e cumprimento: decisão proferida em 29.01.2015 (fl. 62), determinando a notificação das partes para ciência da prestação de contas do Leiloeiro, com cumprimento observado em 22.04.2015 (fls. 63 -64).

Demora no impulso processual – processo sem movimentação há mais de 30 dias: após o vencimento do prazo em 10.02.2016 (fl. 69) para o arrematante comprovar o recebimento do bem penhorado, não foi dado prosseguimento a execução em relação ao valor remanescente (fl. 71).

Durante a inspeção, foram examinados os seguintes processos, nos quais foi constatada a demora no impulso processual: 0001042-19.2013.5.04.0026; 0001065-33.2011.5.04.0026; 0001148-15.2012.5.04.0026; 0001190-64.2012.5.04.0026; 0110600-96.2008.5.04.0026.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 06.05.2016.

Prática	Exemplos
<b>Demora no impulso processual</b>	0000511-89.2010.5.04.0008
	0097100-94.2007.5.04.0026
	0000104-29.2010.5.04.0026
	0000243-44.2011.5.04.0026
	0001519-13.2011.5.04.0026
	0001108-04.2010.5.04.0026
<b>Processo remetido a outro Órgão sem andamento</b>	0000964-93.2011.5.04.0026
<b>Registros Desatualizados</b>	0001600-25.2012.5.04.0026
	0021800-10.1999.5.04.0026



	0037100-41.2001.5.04.0026
	0069800-94.2006.5.04.0026
	0026900-96.2006.5.04.0026
	0001331-49.2013.5.04.0026

### 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Segundo informado pela Diretora de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

Entretanto, a Diretora de Secretaria informou que, a partir da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, será feita a remessa direta dos processos ao segundo grau, sem exame dos pressupostos (artigo 1010, §3º do Código de Processo Civil).

### 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Conforme relatou a Diretora de Secretaria, a Juíza, na homologação da conta de liquidação, se apurado crédito incontroverso de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a liberação deste em favor do credor. A citação se dá pelo valor remanescente.

### 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Segundo a Diretora de Secretaria, no caso de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica da empresa executada, eram utilizados os convênios Bacenjud, Renajud e feita a pesquisa patrimonial em relação ao sócio; somente depois era feita a intimação.

A Juíza Titular em exercício na Unidade desde o mês de novembro 2015 vai utilizar o Novo CPC para a citação do sócio, tendo em vista que há incidente específico para esse caso (artigos 133 a 137 do Novo Código de Processo Civil).

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 23.09.2013.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 07.05.2016, com nova verificação na data da inspeção. Em 07.05.2016 a posição era a seguinte:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com petições avulsas		79	20454- 96.2014.5.04.0026	21.04.2016
Com pedido de liminar ou antecipação de tutela não apreciado		2	20616-23.2016.5.04.0026	04.05.2016
Com petições não apreciadas	-	335	20018-23.2013.05.04.0026	13.04.2016
Processos com audiências não designadas	-	69	21130-44.2014.5.04.0026	25.08.2014
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência (atas assinadas)	-	52	?	
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Audiência	Conhecimento	964	0021670-92.2014	20.07.2015
Aguardando Cumprimento de Acordo ou Pagamentos	Conhecimento	314	0020529-38.2014	09.06.2014
Análise de Execução	Conhecimento	01	0020906-09.2014	19.04.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento	572	0020882-44.2015	10.11.2015
Aguardando Término dos Prazos	Conhecimento	189	0020016-14.2016	15.04.2016
Controle de Sobrestamento-Suspensão	Conhecimento	21	0020382-12.2014	20.11.2014
Preparar Comunicação	Conhecimento	96	0021831-98.2015	29.01.2016
Triagem Inicial	Conhecimento	29	0020534-89.2016	18.04.2016
-	-	-	-	-
Aguardando Cumprimento de Acordo ou Pagamentos	Liquidação	01	0020106-78.2014	20.10.2015
Análise de Execução	Liquidação	05	0020473-05.2014	26.04.2016
Análise de Liquidação	Liquidação	51	0020230-61.2014	05.02.2016
Preparar comunicação	Liquidação	27	0020276-84.2013	11.03.2016
-	-	-	-	-
Análise de Execução	Execução	67	0021434-09.2015	03.12.2015
Controle de Sobrestamento-Suspensão	Execução	01	0020418-54.2014	29.06.2015
Preparar Comunicação	Execução	109	0020911-31.2014	12.01.2016

Havia 2464 processos tramitando na fase de conhecimento; 99 processos na fase de liquidação e 196 processos na fase de execução.

Constatou-se que o sistema criou automaticamente, na fase de conhecimento, uma subpasta denominada “Análise de Execução”.

Segundo informou a Diretora de Secretaria, atualmente todos os servidores trabalham no PJE, sendo o trabalho dividido por tarefas nas três fases do processo. A triagem inicial é feita pela Diretora de Secretaria e a audiência é marcada pelo Secretário de Audiências. Não é utilizado o controle de prazo. Tanto os processos com audiência marcada como os sem pauta



designada permanecem na pasta “Análise de Conhecimento”, a qual está dividida em subpastas por prazo quinzenal.

Verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, as quais são divididas por prazo (quinzenal), possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme informado pela Diretora, a Juíza Tatyanna, assim que assumiu a titularidade da Unidade, **requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT e conseguiu apenas 01 (um) servidor da equipe para auxiliar.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Conforme já observado na inspeção correcional realizada no ano de 2015, a 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre apresenta alta movimentação de servidores. De acordo com a listagem obtida junto ao sistema de Recursos Humanos, mais de 50% dos servidores está na unidade há menos de 01 ano, sendo que 14 servidores transitaram pela unidade nesse período (item 2.2.4 desse relatório). Para agravar esse quadro, o número atual de servidores da unidade está abaixo dos parâmetros previstos na Resolução CSJT 63/2010, que prevê para unidades desse porte entre 13 e 14 servidores. A unidade conta atualmente com 12 servidores. Não se pode, portanto, desconsiderar esse fator na análise do desempenho da unidade.

Quanto à movimentação processual, houve recuo nos processos pendentes na fase de liquidação, o que vem se confirmando no primeiro trimestre desse ano: 502 processos em 2014, 420 processos em 2015 e 414 no primeiro trimestre de 2016. Entretanto, o prazo médio de tramitação do processo na fase de liquidação vem aumentando consideravelmente – 261,67 dias em 2014, 326,62 dias em 2015 e 338,29 dias no primeiro trimestre de 2016.

No que tange às fases de conhecimento e execução, a unidade repete o desempenho do ano anterior: aumento no número de processos em cada fase, bem como aumento no tempo médio de duração do processo na fase. Na fase de conhecimento, o principal fator a impactar o número de processos pendentes é o aumento no número de casos novos na unidade.

Na inspeção se pode verificar as boas instalações da unidade, o bom aproveitamento do espaço físico, a organização dos arquivos com processos físicos e a disposição das mesas.

A divisão do trabalho entre a equipe é feita por tarefa, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos.



A Diretora de Secretaria está aguardando a liberação de um servidor de outra Unidade para completar o quadro; a previsão é de que isso ocorra em agosto. Disse que o pessoal que hoje está na unidade pretende ficar.

A Diretora de Secretaria solicitou autorização para que os servidores, mediante agendamento prévio, possam trabalhar em determinados finais de semana para fazer mutirão e colocar o serviço em dia, pois apenas o Juiz e o Diretor têm autorização para entrar na unidade fora do horário. Solicitou, também, a flexibilização do horário para os funcionários que detêm Função Comissionada. Requereu, ainda, redução no horário de atendimento do balcão por estar tudo informatizado. Sugeriu seis horas de atendimento ao público para viabilizar o serviço interno ou, se permanecer a redução de horário de atendimento determinada pela administração - das 11h às 18h -, seja esse alterado para das 10h às 17h. Também requereu mais 1 ou 2 servidores novos para assessorar o Juiz na análise das antecipações de tutela e nos cálculos de liquidação. Sugeriu que fossem disponibilizadas vagas para estagiários do Curso de Contabilidade ou Administração para auxiliar as unidades de 1º grau no lançamento das contas homologadas no sistema informatizado. A título de sugestão, disse que seria de extrema valia o Foro de Porto Alegre contar com uma *Central Telefônica* para dar informações sobre os andamentos processuais, pelo menos as informações básicas, “filtrando”, com isso, as ligações antes de chegarem na Vara (há muitos reclamantes que telefonam para saber o que já está na internet, mas querem uma explicação).

A Diretora de Secretaria solicitou que, no caso de empresas inadimplentes que têm inúmeros processos em todas as Varas de Porto Alegre (por exemplo: Textil Camburzano e Pizzaria Pereira), as pesquisas patrimoniais fossem centralizadas no JACEP. Isso porque todas as unidades fazem o mesmo trabalho repetitivo junto aos convênios disponíveis, o que parece ser desperdício de tempo. Sugeriu, ainda, que as execuções mais antigas fossem reunidas pelo JACEP.

Sobre a situação da Unidade em 03.11.2015, quando assumiu a direção da vara, a Diretora de Secretaria disse que:

- havia muitas reclamações na Ouvidoria do TRT;
- a situação era caótica, o ambiente era desorganizado e havia pilhas de processos no chão;
- ao organizar o espaço físico, foi feito o levantamento de todos os documentos que já poderiam ter sido eliminados, conforme a tabela de temporalidade do TRT. Ao total foram identificados documentos de 174 caixas, sendo que destas, 101 caixas já poderiam ter sido eliminadas. Na "virada" do ano de 2015 para 2016, para poder incluir mais um ano, conforme tabela de temporalidade (para alguns documentos a guarda é de 10 anos, para outros de 5 anos), foi encaminhado o expediente de eliminação de documentos **PA 0000173-32.2016.5.04.0000**, criado em 15.01.2016, e que está sem andamento no Memorial desde 01.02.2016.
- muitas tarefas não estavam sendo feitas. Não havia ninguém responsável por realizar a baixa e remessa dos processos ao TRT e fazer: ofícios e e-mails, RPVs, precatórios, arquivamento, entrega de mandados na Central de Mandados, entrega de correspondências, protocolo de correspondências



físicas, retorno de Seed, digitalização de documentos para inserção no PJe, abertura de novos volumes e respectivas etiquetas, juntada do protocolo físico (desde o final de setembro de 15) e localização de petições protocoladas;

- no PJe só trabalhavam o Diretor e o seu Assistente;
- durante o período de greve no ano de 2015, não foram expedidos alvarás nem mandados. O responsável pela execução na unidade aderiu à greve e essa tarefa não foi feita;
- os servidores que estavam na Vara resistiram às mudanças;
- quando chegou na unidade, constatou estarem represados 505 alvarás, com despachos determinando a sua expedição porém não cumpridos. Entre 03.11.2015 e 17.12.2015 foram expedidos 505 alvarás e até 06.05.2016 foram expedidos 1476, conforme relatório obtido do inFOR e apresentado a essa Vive-Corregedoria.
- realizou uma limpeza no banco de dados: em 09.12.2015 havia registro de 1219 Cartas Precatórias tramitando; em 16.12.2015 esse número se reduziu para 20.
- os despachos mais antigos que pendiam de cumprimento eram: precatório (27.07.2015), RPV (19.05.2015), alvará de reclamada e despesas processuais (29.04.2015) e alvará de reclamante (25.08.2015).
- em janeiro do corrente ano foram expedidas 521 notificações que estavam represadas;
- o SAT esteve auxiliando a unidade em janeiro e está agendado para o final de maio.

No período compreendido entre o início de 2015 e a data da Correição (09.05.2016), houve 9 expedientes referentes a reclamações na Ouvidoria.

Na visita à Unidade e pela análise dos dados disponíveis, percebe-se o empenho das juízas em exercício e de todos os servidores para a recuperação do trabalho. Merece destaque o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores, demonstrando existir perfeita integração entre todos na unidade.

## **12 RECOMENDAÇÕES**

### **ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)**

Recomenda-se que a Unidade se empenhe em promover, dentro do possível, a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não alcançada a meta acima identificada (item 5.1.6, a), que estabeleceu como objetivo a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região em que este ficou acima de 200 dias.

### **ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), não tendo sido atendida a meta CNJ 1/2015 pela Unidade Judiciária.



### **ITEM 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)**

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais, e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

### **8.3 Exame dos pressupostos recursais**

Recomenda-se que, quando da remessa dos processos ao segundo grau, continue sendo procedida a análise dos pressupostos processuais, em atenção ao que dispõe o artigo 2º, inciso IX, da Instrução Normativa n. 39 do Tribunal Superior do Trabalho.

### **9. PJE**

Recomenda-se que seja solicitada à Secretaria de Informática a transferência da pasta “Análise de Execução”, que atualmente se encontra na fase de conhecimento, para a fase de execução.

## **13 DETERMINAÇÕES**

### **ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos listados no item 3.5.3, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca-se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- b) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada no processo nº 0046200-15.2004.5.04.0026;
- b) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos declaratórios apresentados pela reclamada no processo nº 0137500-92.2003.5.04.0026;



- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à solução da impugnação à sentença de liquidação apresentada no processo nº 0001163-18.2011.5.04.0026;
- d) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à decisão dos embargos à execução apresentados pela reclamada no processo nº 0101000-22.2006.5.04.0026.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

### **ITEM 6.8 (Sentenças com Prazo Excedido)**

Determina-se que os Juízes Bárbara Fagundes, Substituta Cíntia Machado De Oliveira, Jaqueline Maria Menta, Márcio Lima Do Amaral, Rodrigo Machado Jahn e Sheila Dos Reis Mondin Engel, profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.8 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível.

### **ITENS 7.12.1, 7.12.2 e 7.12.3 (Advogados, Peritos e Oficiais de Justiça – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)**

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.12.1 e 7.12.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

Determina-se, ainda, a verificação do mandado relativo à carga nº 026-00179/15, processo nº 0000552-65.2011.5.04.0026: cobrança ao Oficial ou, por questão de celeridade, expedição de novo mandado.

### **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe a ordem de juntada dos documentos apresentados em audiência, prevista no art. 67 da CPCR;
- b) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, especificando sempre a presença de documentos apresentados em conjunto com as petições protocoladas, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;



- d) atente para a necessidade das expedições das notificações logo após a publicação das decisões e despachos correspondentes;
- e) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada nos seguintes processos: 0000567-34.2011.5.04.0026, 0001366-43.2012.5.04.0026, 0000659-75.2012.5.04.0026, 0000023-75.2013.5.04.0026, 0000309-87.2012.5.04.0026 e 0000372-78.2013.5.04.0026; 0001042-19.2013.5.04.0026; 0001065-33.2011.5.04.0026; 0001148-15.2012.5.04.0026; 0001190-64.2012.5.04.0026; 0110600-96.2008.5.04.0026.
- f) atente para necessidade de certificar nos autos o vencimento dos prazos para ciência e manifestação das partes, conforme a previsão do artigo 95 da CPCr.
- g) atente para que conste nos registros de carga todas as informações consideradas imprescindíveis segundo dispõe o artigo 53 da CPCr.
- h) atente para a necessidade de proceder a conferência e regularização formal do processo em momento prévio à remessa dos autos ao Tribunal para julgamento de recurso, conforme disposição do artigo 106 da CPCr.

## ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **690 processos** parados. Desta totalidade existem processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria) e processos que estão com andamentos desatualizados. Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos nos processuais abaixo exemplificados e **todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0000511-89.2010.5.04.0008, 0097100-94.2007.5.04.0026, 0000104-29.2010.5.04.0026, 0000243-44.2011.5.04.0026);
- b) certifique o prazo vencido (processos nº 0001519-13.2011.5.04.0026, 0001108-04.2010.5.04.0026);
- c) atualize os registros (processos nº 0001600-25.2012.5.04.0026, 0026900-96.2006.5.04.0026);
- d) dê andamento no Infor de processo remetido a outro Órgão (Justiça Federal) no processo nº 0000964-93.2011.5.04.0026;



- e) dê andamento no Infor de “processo suspenso/sobrestado” ( processos nº 0021800-10.1999.5.04.0026, 0037100-41.2001.5.04.0026, 0069800-94.2006.5.040026, 0001331-49.2013.5.04.0026).

Ainda, deverá a Secretaria fazer uso do andamento específico no Infor, quando for o caso, de PROCESSOS SUSPENSO/SOBRESTADO e AGUARDANDO JULGAMENTO AI/RR.

#### **14 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, Dra. Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim, a Juíza Substituta, Lenara Aita Bozzetto, a Diretora de Secretaria, Lais Regina Kops Xavier, e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 26ª Vara do Trabalho de Porto Alegre das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Não compareceu nenhum interessado.

#### **15 PRAZO PARA RESPOSTA**

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

#### **16 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Tatyanna Barbosa Santos Kirchheim, pela Juíza Substituta, Lenara Aita Bozzetto, pela Diretora de Secretaria Lais Regina Kops Xavier e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

**Marçal Henri Figueiredo**  
**Vice-Corregedor Regional**